



**APROVADA NA 4ª
REUNIÃO DE 2025.
27.08.2025
PUBLIQUE-SE**

SENADO FEDERAL
COMENDA GOVERNADORES PELA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA

ATA DA 3ª REUNIÃO DO COMITÊ TÉCNICO INDEPENDENTE DA COMENDA GOVERNADORES PELA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA, REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 14H00, NA PLATAFORMA ZOOM, DESTINADA ESTABELECER A METODOLOGIA DE PONDERAÇÃO DOS INDICADORES UTILIZADOS PELO ÍNDICE DE EXCELÊNCIA EM APRENDIZAGEM (IEA) DEFINIDO PELA RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL NÚMERO 8 DE 2025.

Às quatorze horas e cinco minutos do dia vinte e cinco de agosto de dois mil e vinte e cinco, em ambiente virtual na Plataforma Zoom, reuniram-se os Senhores e as Senhoras membros do Comitê Técnico Independente da Comenda Governadores pela Alfabetização das Crianças na Idade Certa. Estavam presentes os Senhores João Paulo Mendes de Lima (presidente) e José Edmar de Queiroz, bem como as Senhoras Rosalina Maria Soares, Débora de Freitas Viégas, Márcia Ferri e Bárbara Panseri. Ausente a Senhora Rebeca Otero Gomes. Participaram como ouvintes os Senhores Gláucio Ribeiro de Pinho, Hylo Leal e Rogério Porto (representante Unesco), bem como as Senhoras Juliana Candian (INEP) e Mércia Otaviana (MEC). Os trabalhos foram abertos pelo presidente do Comitê, Senhor João Paulo Mendes de Lima.

Após a saudação dos presentes, houve a dispensa de leitura e a aprovação da ata da 2ª Reunião do Comitê.

Em seguida, o Presidente rememorou os dois pontos a serem alinhados na Reunião, a saber: os critérios técnicos para os eixos de avaliação previstos no art. 3º, inciso II e inciso IV, alínea a) da Resolução 8/2025 do Senado Federal.

Na sequência, O Sr. Hylo Leal, analista de dados da Associação Bem Comum, iniciou a exposição retomando o deliberado pelo Comitê acerca do eixo I do art. 3º, da Resolução 8/2025 (*resultados de alfabetização, mensurados pelo Índice Criança Alfabetizada (ICA), considerando-se tanto o índice final quanto a taxa de avanço entre as edições mais recentes do indicador*). Sugeriu acrescentar às ponderações previamente aprovadas pelo Comitê a pontuação 0 (zero) aos Estados que estagnaram ou decresceram no ICA entre as edições de 2023 e 2024. A Senhora Rosalina Soares questionou como tratar casos como o do Estado do Rio Grande do Sul, cujo ICA decresceu, entre outros fatores, devido à tragédia ambiental de 2024. O Senhor Rogério Porto sugeriu pontuação 0 (zero) para Estados que não realizaram a medição do ICA, com manifestação favorável da Senhora Rosalina Soares. A Senhora Márcia Ferri demonstrou concordância com a pontuação zerada para eventuais decréscimos e apontou que, ao seu ver, o Estado que não mensurou o ICA sequer participaria do processo classificatório da Comenda. O Presidente rememorou o art. 3º, § 2º da Resolução 8/2025 como critério de habilitação dos Estados para participarem da avaliação da Comenda (*Serão elegíveis ao prêmio apenas governadoras e governadores cujas redes estaduais apresentem pelo menos 80% (oitenta por cento) de participação das escolas e dos estudantes no sistema de avaliação educacional realizado anualmente*). O Senhor Gláucio Ribeiro argumentou



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 52614F1B006F3F8C.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F53DAA2E006F9267.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



**APROVADA NA 4ª
REUNIÃO DE 2025.
27.08.2025
PUBLIQUE-SE**

SENADO FEDERAL
COMENDA GOVERNADORES PELA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA

que a Comenda deve classificar os entes por seus resultados, de forma a incentivar melhorias no posicionamento classificatório em edições futuras, ao que se manifestou favoravelmente a Senhora Rosalina Soares. A Senhora Débora Viegas também rememorou o critério de habilitação do art. 3º, § 2º. O Presidente colocou em deliberação e houve consenso quanto aos seguintes aspectos: a) pontuação menor ou igual a zero no ICA, pontua-se 0 (zero) no eixo I do art. 3º, da Resolução 8/2025; e b) o critério de habilitação previsto no art. 3º, § 2 da Resolução se refere aos dados de 2023 e de 2024, de modo que Estados que não o atendem, considerando esses anos, não participariam desta edição da Comenda.

O Sr. Hylo Leal sugeriu melhoria na redação do art. 3º, § 2 da Resolução 8/2025 no futuro, de forma a explicitar a temporalidade a que se aplica o critério de habilitação. O Presidente destacou que esse tema foi deliberado em reunião prévia. O Senhor Rogério Porto, ainda sobre o mesmo dispositivo, questionou se o INEP teria como disponibilizar dados referentes à participação de escolas e de estudantes no sistema de avaliação. A Senhora Juliana Candian esclareceu que o INEP divulgou os dados referentes à participação de estudantes e que aqueles referentes às escolas estão “mascarados”, mas que poderiam ser calculados e apresentados ao Comitê, como demanda da presente reunião, em prazo a ser oportunamente estabelecido.

A Senhora Rosalina Soares, ainda no que diz respeito ao aprovado pelo Comitê como ponderação para o eixo I do art. 3º da Resolução 8/2025, sugeriu acrescentar que, na comparação entre os anos de 2023 e 2024, devem ser explicitados que são pontos “percentuais”, o que foi acatado pelo Presidente.

As Senhoras Bárbara Panseri e Juliana Candian questionaram o critério de elegibilidade previsto no art. 3º, § 2 da Resolução 8/2025, por incluir apenas a rede estadual de ensino, sob pena de exclusão de muitos Estados da avaliação da Comenda. O Senhor José Edmar e a Senhora Rosalina Soares reforçaram a preocupação e apontaram necessidade de melhorias no texto da Resolução. A pedido do Presidente, o Senhor Gláucio Ribeiro esclareceu que o prazo para eventuais alterações legislativas seria exíguo e sugeriu a produção de uma “Carta” ao Comitê com sugestões futuras de aperfeiçoamento, que seria pelo Senhor José Edmar, que assim concordou. O Presidente questionou se, para esta edição da Comenda, seria viável o uso de dados exclusivamente estaduais apenas para fins de elegibilidade e, para os demais critérios avaliativos, seria observada a rede pública toda, estadual e municipal, ao que todos manifestaram concordância.

O Senhor Hylo Leal prosseguiu para a apresentação de proposta referente ao art. 3º, inciso IV, alínea a), itens 2 e 3 da Resolução 8/2025, referentes ao ICMS Educação. Para o item 2 (*peso relativo atribuído à etapa de alfabetização na composição do índice de aprendizagem*) sugeriu a seguinte graduação de pontuação: se igual a 0 – 0 pt; se superior a 0 até 30% - 1 pt; se superior a 30% até 50% - 2 pts; se superior a 50% até 60% - 3 pts; se superior 60% até 70% - 4 pts; e se superior a 70% - 5 pts. O Presidente colocou a proposta em deliberação e todos aprovaram.





**APROVADA NA 4ª
REUNIÃO DE 2025.
27.08.2025
PUBLIQUE-SE**

SENADO FEDERAL
COMENDA GOVERNADORES PELA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA

Para o item 3 (*impacto da qualidade educacional nos repasses aos Municípios*), o Senhor Hylo Leal propôs a realização de uma análise binária, 0 ou 1, em que se atribuiria pontuação 0 (zero) ao ente federativo que considerasse resultados de matrícula no impacto de sua qualidade educacional e pontuação 5 (cinco) caso não o fizesse. Para embasar a referida proposta, argumentou, entre outros, o baixo peso desse qualificador no total na ponderação dos critérios trazidos pela Comenda (entre 4,5 e 5%). O Senhor José Edmar demonstrou preocupação com eventual extrapolação da redação da Resolução, que prevê apenas o impacto da qualidade educacional nos repasses aos Municípios, sem exclusão de critérios. O Senhor Rogério Porto e a Senhora Márcia Ferri reforçaram a diferença entre acesso e qualidade de educação. A Senhora Rosalina Soares explicitar demais critérios, diferentes de matrícula, que teriam impacto positivo na qualidade educacional. O Presidente propôs uma pontuação intermediária, entre 0 (zero) e 5 (cinco) para os casos de uso de matrículas na ponderação da qualidade educacional. O Senhor Hylo Leal reforçou o baixo peso desse item na ponderação total. O Presidente colocou em deliberação a proposta binária inicial, que foi aprovada, com ressalva do Senhor José Edmar, que preferiu a proposta intermediária.

Em seguida, o Senhor Hylo Leal advertiu que a Associação Bem Comum não identificou dados para todos os itens federativos no que se refere ao art. 3º, inciso IV, alínea a), item 1 da Resolução 8/2025 (*percentual da cota-parte do ICMS repassado aos municípios com base nos resultados de aprendizagem*), de forma que se acordou a necessidade de levantamento mais aprofundado, com eventual posterior oficialização dos Estados, em caso de persistência da lacuna de informações.

Na sequência, a Senhora Juliana Candian retomou o tema da elegibilidade, previsto no art. 3º, § 2º da Resolução 8/2025, a exclusão de 7 (sete) Estados da Federação da participação da Comenda caso fosse considerada apenas a rede estadual de ensino e sugeriu uma interpretação *lato* do dispositivo, de modo a incluir as redes municipais sob a análise. O Presidente e a Senhora Márcia Ferri endossaram a preocupação, apontando que a interpretação restrita excluiria Estados que notoriamente fizeram investimentos em alfabetização. A Senhora Rosalina Soares se manifestou favorável à interpretação *lato* e o Senhor Rogério Porto apontou a necessidade de se ouvir os representantes do Senado Federal acerca da viabilidade dessa interpretação legislativa. O Senhor José de Edmar opinou que a redação diferenciada do dispositivo, em comparação aos demais, dificultaria a interpretação *lato*. O Senhor Glaucio Ribeiro apontou que o Comitê pode decidir entre usar a interpretação restrita ou, por outro lado, usar a *lato* e, nesse caso, justificar-se por meio de uma nota técnica, usando por analogia o princípio da unanimidade adotado por vezes no Senado. O Presidente colocou em deliberação a interpretação *lato*, com exposição de motivos. Por maioria simples, a proposta foi aprovada com o voto favorável das Senhora Márcia Ferri e Rosalina Soares e com o voto contrário do Senhor José de Edmar. A Senhora Juliana Candian apontou que o INEP faria a simulação com as interpretações restrita e *lato*, para melhor embasar a nota técnica.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 52614F1B006F3F8C.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F53DAA2E006F9267.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



**APROVADA NA 4ª
REUNIÃO DE 2025.
27.08.2025
PUBLIQUE-SE**

SENADO FEDERAL
COMENDA GOVERNADORES PELA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA

Na sequência, a Senhora Juliana Candian apresentou uma proposta de operacionalização para o art. 3º, eixo II da Resolução 8/2025 (*equidade racial e socioeconômica, considerando-se a redução das diferenças de aprendizagem entre crianças negras e brancas e entre escolas de diferentes níveis socioeconômicos na última edição do ICA*). Esclareceu-se que o INEP não possui dados raciais das escolas para todos os entes e propôs operacionalização apenas para os dados socioeconômicos da seguinte forma: compor-se-iam grupos com escolas com características socioeconômicas semelhantes, de forma a possibilitar a comparação de grupos mais e menos favorecidos entre os anos de 2023 e 2024 e, ao final, os entes federativos seriam classificados em 3 (três) níveis: aqueles aumentaram a desigualdade, aqueles que pouco alteraram e aqueles que diminuíram a desigualdade socioeconômica. A Senhora Rosalina Soares retomou a questão da falta dos dados raciais e questionou a viabilidade de se “zerar” a pontuação das escolas que não repassaram esses dados ao IBGE, ao que a Senhora Juliana Candian ponderou a dificuldade de penalização por levantamento não obrigatório. A Senhora Rosalina Soares sugeriu que o incentivo à coleta de dados raciais constasse da nota técnica do Comitê. O Presidente questionou a Senhora Juliana Candian quanto ao prazo para as entregas acordadas na reunião, o qual ficou estabelecido em 27.08.2025 às 18h00, conforme registro verbal e por meio do chat da plataforma Zoom.

O Comitê decidiu a seguinte cronograma de trabalho, além de ter aprovado a oficialização do INEP para apresentação dos dados operacionalizados do art. 3º, eixo II da Resolução 8/2025:

- 26/08/2025 – INEP trabalha na operacionalização dos dados;
- 27/08/2025, às 18h00 – 4ª reunião do Comitê, para apresentação de dados referentes a equidade, trabalhados pelo INEP;
- 28/08/2025 – Associação Bem Comum organiza os dados apresentados em planilha;
- 29/08/2025, às 10h00 – 5ª reunião do Comitê, para a Associação Bem Comum apresentar a planilha e as instituições, juntamente com seus analistas, avaliarem;
- 01/09/2025, às 10h00 – 6ª reunião do Comitê, para aprovação da lista de classificados da Comenda.

Nada mais havendo a tratar, a presente reunião foi encerrada às 15:44h e eu, Lilia de Melo Dias, (*assinado eletronicamente*), Gestora do Núcleo de Premiações, Frentes e Grupos Parlamentares, lavrei a presente Ata, lida e aprovada na 4ª Reunião de 2025. Após, assinada pelo Presidente do Comitê, encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal.



Documento assinado digitalmente

JOÃO PAULO MENDES DE LIMA

Data: 27/08/2025 14:38:28-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JOÃO PAULO MENDES DE LIMA

Presidente do Comitê Técnico Independente da CGACIC



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 52614F1B006F3F8C.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: F53DAA2E006F9267.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.